

Uma carreira, uma causa

Fernanda Giannasi

POR ALESSANDRO SOARES

Ameaçada de morte, por carta e telefone, processada por empresa, ministro e sindicalista, a auditora fiscal do Trabalho continua a lutar para banir o amianto no Brasil e no mundo

A linha do tempo sobre o uso industrial do amianto conta com uma protagonista digna de nota. A auditora fiscal do Trabalho Fernanda Giannasi, 55 anos, nascida em Ribeirão Preto (SP), lutou nas principais batalhas pelo banimento da fibra nos últimos 20 anos. Conhecida

internacionalmente, Fernanda há anos tem o apelido de “Erin Brockovich do asbesto”, em referência à ativista ambiental que inspirou o filme de Steven Soderbergh (2000). Fernanda é intensa, como a música de Luciano Pavarotti e Andrea Bocelli, que tanto adora.



Thamiris Macedo/Anim Grátis

O empenho na luta contra a indústria do amianto deixou sua rotina mais tensa do que poderia ser considerada normal. No Carnaval de 2011, recebe uma carta anônima da Alemanha, com texto em mau inglês. O monte de selos nazistas colado no papel ilustra a virulência do interlocutor, dizendo que vai matá-la por causa da sua atuação profissional.

Não era a primeira, nem seria a última ameaça de morte a receber. Pouco mais de 15 dias depois, recebe outra carta semelhante.

O início

Formada em Engenharia Civil pela Universidade Federal de São Carlos, Fernanda entra no Ministério do Trabalho e Emprego em 1983. Os momentos finais da ditadura militar mantinham um clima de caixa preta no ministério, com processos arquivados secretamente ou inspecionados aleatoriamente. A inspetora recém-concursada então estabelece critérios de investigação, analisa agentes tóxicos e esbarra casualmente no tema do amianto, quando a Organização Internacional do Trabalho (OIT) discute a Convenção 162, de 4 de junho de 1986, sobre o uso do mineral. Ela estuda toda a bibliografia existente.

Naquele tempo, duas multinacionais controlavam essa indústria: a francesa Saint-Gobain Brasilit e a suíça Eternit.

Lobby

Essa indústria fortemente organizada representa uma escola na arte do lobby e de como esconder vestígios desagradáveis. “Até 1984 não havia registro de doentes na literatura médica brasileira. Apenas casos genéricos debatidos em congressos médicos e artigos científicos que abordavam problemas pulmonares sem cadastro no Ministério do Trabalho e vítimas sem identificação.” Entre 1985 e 1986, Fernanda mapeia a produção do amianto no Brasil e cria o Grupo Interinstitucional do Asbesto (GIA).

Nessa época, um rapaz chamado Emílio Alves Ferreira, que criara um sindicato meses antes, a procura. Ele trabalhava na Brasilit de Capivari (SP) e gostaria de participar da GIA. “Nós o acolhemos, mas depois descobri que o então ministro do Trabalho no governo Sarney, Almir Pazzianotto, que também é de Capivari, era padrinho político de Emílio. E o sindicato foi criado a pedido da Brasilit, para controlar a mão de obra.” Fernanda

nem desconfiava do enfrentamento judicial que teria depois com Emílio e Pazzianotto (ela ganha quatro processos perpetrados por Pazzianotto: dois criminais, um cível e outro administrativo), mas já percebia que as empresas do ramo seguiam o pensamento das duas multinacionais nas reuniões. Saint-Gobain e Eternit estavam atentas à repercussão das normas internacionais da OIT no Brasil e rapidamente se adaptam, criando o Comitê de Estudos do Amianto (CEA) na Fundacentro. “O CEA tinha pretensão viés da sociedade, mas sofria influência da indústria.”

Em 1991, Fernanda é uma das autoras da Norma Regulamentadora nº 15, baseada na convenção da OIT. É a legislação que vigora até hoje sobre o amianto. Falava-se em uso restritivo e seguro, mas não em banimento. “Depois, percebi que não havia risco zero.”

Rio 92

Fernanda muda a rota no ano seguinte e deixa de atuar com amianto. Passa a se dedicar a questões nucleares e ao lixo tóxico, na Rio 92. “Ali, o mundo se abre pra mim. Vítimas de testes nucleares no Atol de Moruroa, no Pacífico, vítimas do Césio em Goiás, no Brasil.

As línguas e as regiões eram diferentes, mas a lógica era uma só.” O caminho era criar associações de vítimas. Fernanda volta à batalha pelo banimento do amianto.

Naquele ano, a Itália aprova o banimento. Em 1993, o grupo dos verdes do parlamento europeu convida Fernanda para um encontro que quer garantir a lei. Havia receio de que a União Europeia a revogasse por pressão dos outros países. “Eu era a única pessoa de fora da Europa e ressaltei que se eles quisessem banir o amianto na Europa, toda essa tecnologia suja migraria para a América Latina. Não dava para banir e deixar exportar.”

Também propus realizar, em 1994, um evento no Brasil, sob o título “Congresso Internacional do Amianto: uso controlado ou banimento”. Trouxemos 14 países, bancados pelo governo brasileiro, mas houve pressões e cartas de protesto do Canadá e da França.

A partir daí, Fernanda, controversa no ministério, passa a ser um problema. “Eles me punem, me transferindo para Osasco, um lugar considerado reformatório para os funcionários ‘problemáticos’, porque a chefia lá era considerada linha dura. Aceitei, porque na época a fábrica estava em demolição e me interessava buscar os doentes.”

Fernanda atua em Osasco por cinco anos, até 2000. Embarga a demolição, organiza as vítimas e as encaminha para exames na Fundacentro. Nesse período, a inspetora propõe ao deputado federal Eduardo Jorge redigir um projeto de lei nacional de banimento do amianto. O congresso rejeita o projeto e, dois anos depois, cria o substitutivo que faz a lei do uso controlado do amianto (Lei 9.055/1995). “Experimentamos ali o que era mexer com a ‘bancada da crisotila’.”

Médica francesa

Momento marcante foi quando conheceu a médica Marianne Saux, que veio ao Brasil como funcionária do Ministério do Trabalho francês, oferecer treinamentos. “Aprender com alguém de fora é sempre bom. Só que descobri que essa médica também trabalhava para a Saint-Gobain Brasil. Era a farsa da dupla credencial.”

A Saint-Gobain também encaminhou para o Brasil, com o mesmo propósito, o médico francês e professor Jean Bignon, que, depois de conhecer as instalações da Sama, em Minaçu (GO), declarou que o ar da cidade era mais limpo do que o de Paris. “Em 1996, fui à França denunciar essa médica. Foi um escândalo.” No mesmo ano, o governo francês anuncia o banimento do amianto. “A indústria se desespera por ser um país fundamental para o cartel. Países como Canadá, Brasil e Zimbábue fazem pressão, dizendo que o banimento fere o comércio internacional. Em seguida, saem reportagens na imprensa francesa e despendem jornalistas franceses em São Paulo.” As denúncias de Fernanda fazem com que a Saint-Gobain entre na Justiça contra ela por difamação e ofensa à honra da empresa.

Em Washington

Pronta para embarcar para um evento em Washington (EUA), em outubro de 1998, Fernanda ainda estava em casa quando foi notificada por um oficial de justiça. “Quando

informo durante o encontro sobre o processo da Saint-Gobain contra mim, a plateia, formada por gente do mundo inteiro, acha um absurdo.” O correspondente de *O Estado de S. Paulo* em Washington, Paulo Sotero, entrevista as pessoas, criticando a ação. Gerou polêmica. Trabalhadores franceses chegaram a ameaçar greve se a Eternit mantivesse a ação.

O juiz rejeitou a queixa-crime. Em 1999, o grupo industrial procura Fernanda e informa em reunião reservada que vai deixar de usar amianto, demitir a pessoa responsável pela queixa-crime, mas também pede uma trégua. “Dias depois, a Saint-Gobain informa à imprensa que abandonaria o amianto, mas não avisa sobre a decisão à Eternit, que fica sabendo pela imprensa. O *Estadão* deu capa.”

Ameaças de morte

É nesse período que Fernanda recebe os primeiros telefonemas anônimos de pessoas se dizendo amigas, mas alertando que poderia ser morta em consequência de assaltos simulados, ou atropelada, como se fosse acidente de trânsito. “Depois, teve um cara que tentou me vender informação, dizendo que tinha um parente com câncer e cobrou R\$ 10 mil pelos Raios X”. Em 2000, Fernanda foi alvo de investigação pela Associação Brasileira de Inteligência (Abin), mas depois que o assunto virou matéria na *Folha de S. Paulo*, a investigação foi suspensa.

Outro momento de fortes ameaças surgiu em 2003, quando Fernanda recebe uma carta anônima de oito páginas, postada na zona oeste de São Paulo. “Na mensagem, um cara dizia ter influência no governo federal. Contava ser responsável por todas as derrotas da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea), além de alertar que extinguiria as ações de quem tentava banir o amianto.” Quando mostra a carta e pede apoio, o MTE suspende Fernanda da fiscalização por 40 dias, sob argumento de proteção.

Oferecem à Fernanda uma sala que funcionava como arquivo morto, sem computador, nem telefone. “Depois de uns dias ali, peguei meu computador, instalei uma mesinha no corredor que dava para o banheiro público do prédio, fixei na parede o motivo de estar ali e continuei trabalhando. Andava com aquela mala de baixo pra cima e isso gerou mal-estar.” Quando a imprensa descobre o caso, o governo federal decide criar a Comissão Interministerial de Banimento do Amianto e rapidamente convida Fernanda a retornar à fiscalização.

Novos embates surgem. Fernanda Giannasi acusa diversas vezes os médicos Ericson Bagatim, Luiz Nery e Mário Terra, de atuarem ao mesmo tempo em grandes universidades públicas e na junta médica da Eternit nos acordos extrajudiciais com ex-empregados. A imprensa divulga o tema em 2010. Por fim, em 2012 ela participa da audiência do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade da lei paulista que baniu uso do amianto no estado. “O ministro Marco Aurélio soube que no ano seguinte eu me aposentaria e em tom de brincadeira afirmou que metade dos presentes ao auditório ficaria feliz quando esse dia acontecesse. As pessoas riram, é claro.” 